ANÁLISE DA QUESTÃO URBANA E HABITACIONAL EM ARTIGOS PRODUZIDOS EM EVENTOS ACADÊMICOS (JOINPP, CBAS E ENPESS).

André Luiz Santos Alves¹

RESUMO

O presente trabalho busca analisar o debate da questão urbana e habitacional em artigos publicados em eventos acadêmicos (JOINPP, CBAS e ENPESS), destacando os impactos socioeconômicos na vida de moradores mediante a intervenção do Estado nas políticas urbanas e habitacionais. Com base em levantamento bibliográfico, verifica-se que o direito à moradia não é considerado um direito de cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: Urbanização, Política de Habitação, Impactos Ambientais, Megaeventos, Segregação Sócio Espacial.

ABSTRACT

This paper analyzes the debate of urban and housing issue in articles published in academic events (JOINPP, CBAS and ENPESS), highlighting the socio-economic impacts on residents living through the intervention of the state in urban and housing policies. Based on the literature, it appears that the right to housing is not considered a right of citizenship.

KEYWORDS: Urbanization, Housing Policy, Environmental Impacts, Megaeventos, Segregation Socio-Spatial.

¹ Graduando do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA)
andrealvees1994@outlook.com

INTRODUÇÃO

O artigo busca analisar o debate da questão urbana e habitacional em artigos publicados em eventos acadêmicos, com destaque para os anais da Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP), do CBAS (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais) e do ENPESS (Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social). Busca-se avaliar impactos socioeconômicos na vida moradores mediante a intervenção do Estado nas políticas urbanas, em especial a de habitação, por meio da apreciação desses trabalhos científicos².

A pesquisa foi orientada para a leitura de artigos publicados em anais de eventos acadêmicos da área de Serviço Social, onde se levantou nos anais dos eventos (CDs) os temas sobre reassentamento e indenização, inicialmente definidos no plano de trabalho da iniciação científica. No entanto, ao final desta busca, foram encontrados pouquíssimos trabalhos sobre os referido temas sendo reorientada a pesquisa para temas referentes à questão urbana. A partir disso houve uma seleção de 25 artigos da JOINPP (JOINPP/2013: 02 artigos, JOINPP/2011: 03 artigos); do CBAS (CBAS/2010: 03 artigos, CBAS 2013: 04 artigos) e ENPESS (ENPESS 2010: 03 artigos, ENPESS 2012: 10 artigos) analisados entre setembro de 2015 e Julho de 2016. Os artigos foram avaliados com vistas a observar como foi tratado o assunto em questão, quais dados foram levantados e quais resultados foram produzidos.

O texto está dividido em duas partes, a saber: a primeira parte dedica-se a uma análise teórica baseada em leituras clássicas e contemporâneas, a exemplo de Jean Lojkine, Karl Marx, Friedrich Engels, Ermínia Maricato, Milton Santos, Carlos Vainer, Fernanda Sanchez. A segunda parte dedica-se a avaliar os dados presentes nos artigos selecionados e os temas inerentes, seguidos das conclusões.

2. A DISCUSSÃO TEÓRICA DA QUESTÃO URBANA E HABITACIONAL

A questão habitacional, a urbanização e as formas como as cidades se constituem, são antes de tudo, formas de divisão social e territorial do trabalho. Esses elementos estão no centro da contradição entre as exigências do progresso técnico e

²Este trabalho é resultado das atividades desenvolvidas no plano de trabalho de iniciação científica “Reassentamento e indenização de famílias: estudo do Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova – PROMABEN” vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB)/Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPA.

ampliação do capital e as necessidades mais básicas despossuídas pelas camadas populares. (LOJKINE, 1997)

A cidade concentra não só a população, mas os instrumentos de produção, o capital, as necessidades, os prazeres. Logo, a existência da cidade implica simultaneamente a necessidade da administração, da polícia, dos impostos, etc., em uma palavra, a necessidade de organização comunal, portanto, da política em geral. (LEFEBVRE, 1999). A existência urbana se confunde com a existência política, como a palavra indica. Se a cidade concentra o que faz uma sociedade, ela distribui de uma maneira relativamente razoável em organizações e instituições.

Com o aparecimento da grande indústria, segundo Marx (2007), a cidade (e sua capacidade interna-externa de associação, de concentração, de reunião), cessa de aparecer como “sujeito” do processo histórico. A passagem para o modo capitalista, da qual a cidade é o suporte social e o veículo. A grande indústria institucionalizada nesses burgos caracterizava a divisão do trabalho, a concorrência, as exigências do mercado e da produtividade tornando-se absolutamente compulsórias. O poder da indústria pesa sobre os indivíduos, sobre os trabalhadores, sobre a sociedade inteira. (ENGELS, 1997)

As relações de produção capitalista ao mesmo tempo em que provocam com a indústria moderna, uma tendência crescente à aglomeração urbana formando grandes centros populacionais, imprimem limites a qualquer organização racional, socializada, do planejamento urbano. “Se o crescimento anárquico das cidades, seu desenvolvimento desigual decorre de boa parte das estratégias de implantação das firmas, outro tipo de agente urbano desempenha um papel bastante negativo: os proprietários fundiários.” (LOJKINE, 1981, p. 185).

Assim, duas seriam as características principais da cidade capitalista: a crescente concentração dos meios de consumo coletivo e uma específica aglomeração do conjunto dos meios de reprodução, tanto do capital, como da força de trabalho, que será determinante no processo de desenvolvimento da economia. (LOJKINE, 1997)

O processo de urbanização no Brasil foi intensificado a partir do final do século XIX e meados do XX, com um rápido e desordenado crescimento das cidades, houve problemas graves na questão da habitação, principalmente da classe trabalhadora, que cada vez mais migrava para grandes centros para se tornarem classe assalariada. O Estado diante disso, teve que agir, sobre o discurso de uma urbanização sanitaria e a urbanização se constituiu em obras de saneamento básico e melhorias de condições espaciais e ambientais, resultando na atração financeira que prioriza os interesses das classes dominantes, sendo assim há uma urbanização desigual com a

formação do espaço segregado quanto seu uso pelas diferentes frações de classe (SANTOS,1993).

A intervenção do estado capitalista permitiu impedir, em curto prazo, processos anárquicos que minam o desenvolvimento urbano. “Longe de unificar o aparelho de Estado, a subordinação de sua política à fração monopolista do capital vai pelo contrário, agravar as fissuras, as contradições entre segmentos estatais, suporte de funções sociais contraditórias.” (LOJKINE, 1997, p.193).

As cidades se tornaram mercadorias à venda, e isso se tornou uma das funções básicas dos governos locais. Nessas condições, o que é que, afinal de contas se vende quando se põe a venda uma cidade? A resposta não é fácil, pois, na verdade, ela depende de quem se tem em vista como comprador. Sendo assim, os atributos e atrativos serão diferentes de cidade para cidade, conforme sejam as características dos comprados visados. (VAINER, 2011)

Atualmente é dada uma grande importância para a questão da imagem da cidade, como uma cidade segura, justa, e no atual discurso urbano veiculado, cada vez mais a cidade modelo evoca a cidade sustentável. As noções de modelo e de sustentabilidade não são, porém, dados objetivos e consensualmente aceitos, e sim noções construídas, portanto passíveis de abrigar diferentes conteúdos e práticas. (SANCHEZ, 2001)

3. REFLEXÃO DA QUESTÃO URBANA NOS ARTIGOS DA JOINPP, CBAS E ENPESS.

Considerando a análise de 25 (vinte e cinco) artigos selecionados (03 da JOINPP/2011; 02 da JOINPP/2013), do CBAS (03 do CBAS/2010; CBAS 2013: 04 do CBAS/2013) e ENPESS (03 do ENPESS/2010; 10 do ENPESS/2012) é possível identificar que os autores atentam para a historicidade da questão urbana em um contexto global além da abordagem das complexidades das cidades brasileiras, considerando as inúmeras diferenças regionais no Brasil. Assim foi feito um resumo dos pontos destacados.

A seguir, um quadro destacando, o evento, título do artigo e autor:

Eventos Acadêmicos	Título dos Artigos	Autores
CBAS 2010	Apontamentos Sobre as Diferentes Formas de Sociabilidade Construídas nas Favelas Cariocas.	Eblin Joseph Farage
	Asfalto versus Favela: uma análise do processo de segregação sócio-espacial no cenário urbano.	Ladyane Gago Ribeiro

	Urbanização e Segregação Social: notas para o debate teórico	Maria Elvira Rocha de Sá, Sandra Helena Ribeiro Cruz
CBAS 2013	A Produção do Espaço Urbano na Cidade de Santarém e os Impactos Ambientais e Sociais Causados pela Ocupação Desordenada do Solo Urbano em Recentes Áreas Ocupadas ou que estão em Processo de Ocupação	Ivone Domingos e Silva, Regina Teodosio dos Santos Rodrigues Paixão
	A Questão Urbana no Brasil: algumas considerações sobre o direito à moradia na cidade de São Luís (MA)	Graciane Pereira Santos
	Desenvolvimento, Trabalho e Cidade: a produção de desigualdades socioespaciais no contexto do desenvolvimento urbano do município de Resende/Rio de Janeiro.	Isabel Cristina da Costa Cardoso
	Em Jogo a Cidade de Fortaleza e o Espetáculo da Copa do Mundo de 2014	Aurineida Maria Cunha
ENPESS 2010	A Evasão Habitacional e o Uso e Ocupação do Espaço Urbano como Mercadoria:	Celso Severo da Silva
	Expressões da Questão da Moradia na Cidade de São Luís (MA): o caso do Anjo da Guarda	Graciane Pereira Santos
	Impactos Socioeconômicos Vivenciados pelas Famílias Beneficiadas pelo Projeto Moradia/Reconstrução	Lilian Lopes Damasceno, Raiana Franco Firme, Rosenete Roel De Oliveira, Adriana Ilha Da Silva (Orientadora).
ENPESS 2012	A Cidade no Capitalismo e a Lógica da Especulação Imobiliária em Fortaleza	Aurineida Maria Cunha, Tuany Abreu de Moura, Luana Karisa Medino Malveira, Ingrid Melyna Dantas da Silva.
	A Relação entre o Discurso Ambiental e as Práticas de Contenção das Favelas na Cidade do Rio De Janeiro.	Laerte Costa Silva
	Análise do Processo de Pós-Ocupação dos Reassentados no Residencial José Carlos Guimarães em Várzea Grande – MT	Leila Chaban, Lucijane Viana Tavares Bernardes, Terezina Fátima Paes de Arruda.
	Direito à Cidade para Quem? Uma análise das contradições encontradas nos projetos de reurbanização do Rio de Janeiro	Nathalia de Araújo Azevedo, Caroline dos Santos Santana, Gabriela Maria Lema Icasuriaga.
	Catástrofes Ambientais, a Noção de Risco e Remoções Forçadas nas Favelas Cariocas.	Rafael Soares Gonçalves
	Choque de Capital: A Questão Urbana no Rio de Janeiro e suas Implicações para o Serviço Social	Maria Clara de Arruda Barbosa
	O Desenvolvimento Capitalista Desigual e Combinado Na Conformação do Urbano: O Estado e os Distintos Territórios da Cidade	Eblin Farage
	O Direito à Cidade no Brasil Contemporâneo: desafios e perspectivas para o Serviço Social	Bruna Massud de Lima
	O Processo de Urbanização e a Questão Habitacional	Keli Mislene Carneiro, Sandra Maria Scheffer.
	Remoções Forçadas e Formas de Resistência: Impactos da Copa 2014 para Moradores de Favelas em São Paulo	Nuria Pardillos Vieira
JOINPP 2011	Cidade e Reprodução Social – A lógica do capital e sua apropriação da cidade	Celso Severo da Silva e Esdras Antônio Dantas
	Gestão Empresarial das Cidades Brasileiras: na contramão do direito à cidade	Andreia de Souza Carvalho

	Gestão das Cidades na Era da Globalização	Maria de Fátima Cabral Marques Gomes, Lenise Lima Fernandes e Bruno Alves de França.
JOINPP 2013	Capitalismo no Brasil e a Dinâmica da “Exclusão” - apontamentos sobre a questão da terra e a inserção marginal no meio urbano	Ramon Moreira, Denilson do Carmo Agostinho, José Arlindo do Nascimento, Sara Toledo e Jaqueline Melo.
	As Políticas Públicas para Habitação na Trajetória de Formação das Cidades Brasileiras	Caroline Magalhães Lima e Raphael Martins de Martins

Os cinco pontos principais analisados foram: *1. Impactos Ambientais, 2. Conjuntos Habitacionais, 3. Megaeventos. 4. Favelas, Segregação Social e Movimentos Sociais. e 5. Espaço Urbano e Questão Habitacional.*

Os artigos que tiveram como principal objeto discutir a “*questão ambiental*” *demonstraram* claramente o seu viés crítico em relação às remoções violentas que o Estado faz, com um total de 4 (quatro) artigos redigidos separadamente por Laerte Costa Silva; Leila Chaban, Lucijan Viana Tavares Bernardes, Terezina Fátima Paes de Arruda; Ivone Domingos e Silva e Regina Teodósio dos Santos Rodrigues Paixão; Rafael Soares Gonçalves; . O Estado ao longo das décadas, sempre fez políticas públicas com o objetivo de realizar remoções de famílias de áreas que quase sempre são possíveis locais rentáveis e estratégicos ao capital imobiliário. No início do século XX, algumas cidades passaram por um maciço processo de urbanização, entre elas, pode-se destacar a cidade do Rio de Janeiro, onde houve uma política “higienista” do Estado, onde dezenas de cortiços foram removidos à força do centro da cidade, dando lugar a abertura de novas vias e alargamento das que já existiam, pois a industrialização se expandia no Brasil, principalmente nas regiões Sul e Sudeste, e a vias largas dariam espaço para o tráfego dos primeiros carros que chegavam no Brasil.

Atualmente o Estado adotou um discurso um tanto mais flexível do que o “higienista”, o discurso é o “ambiental ou ambientalista”, para a legitimação de políticas públicas destinadas às áreas que fazem parte de inúmeros interesses, como o capitalismo imobiliário.

Ficou claro, que a atuação de remoção do Estado, mediante a questão ambiental na cidade do Rio de Janeiro, tem o principal objetivo atingir favelas próximas a áreas centrais da cidade. As ações do Estado como as remoções motivadas pelo risco ambiental e o estabelecimento de eco-limites, para evitar a expansão das favelas em áreas de conservação ambiental, nada mais são do que medidas tomadas com o objetivo de legitimar a contenção das favelas na referida cidade.

A população de áreas de favela é constantemente considerada culpada dos impactos ambientais, e raramente como vítima do processo desigual de urbanização. Além do poder que a mídia tem e que consegue atingir a população para que haja apoio por parte da mesma, às remoções violentas realizadas pelo poder público.

Os três artigos que tiveram como foco os “*conjuntos habitacionais*”, escritos separadamente por Celso Severo da Silva; Graciane Pereira Santos; Lilian Lopes Damasceno, Raiana Franco Firme, Rosenete Roel de Oliveira e Adriana Ilha da Silva, mostraram a situação e a formação de conjuntos habitacionais, decorrentes de remoções realizadas pelos governos locais das cidades em questão, além de compreender a relação de evasão e mercado imobiliário informal que se formou nesses conjuntos habitacionais. As cidades analisadas nos três artigos desses temas foram Recife/PE, São Luis/MA e Vitória/ES.

Alguns fatores são apontados como responsáveis pela evasão nos conjuntos habitacionais, como a falta de manutenção por parte do poder público e a violência urbana, com destaque para o consumo e tráfico de drogas ilícitas dentro dos conjuntos habitacionais. A ausência do Estado, com explícita falta de integração das políticas públicas, faz com que as pessoas que estão abandonadas à própria sorte, busquem formas ilícitas de sobrevivência, como o tráfico de drogas.

Desse modo, os três artigos lidos, que abordaram diretamente o tema dos conjuntos habitacionais, demonstraram praticamente os mesmos resultados, a cidade se tornou uma mercadoria, o Estado continua cada vez mais sendo, um agente importante para o fortalecimento do mercado imobiliário nos grandes centros, desse modo, famílias (sempre de baixa renda praticamente) são remanejadas de suas casas, localizadas quase sempre em áreas estratégicas da cidade, para residências construídas pelo governo.

Para analisar o tema “*megaeventos*”, foram usados como base, quatro artigos de autoria de Aurineida Maria Cunha; Nathália de Araújo Azevedo, Caroline dos Santos Santana e Gabriela Maria Lema Icasuriaga; Nuria Pardillos Vieira; Aurineida Maria Cunha, Tuany Abreu de Moura, Luana Karisa Medino Malveira e Ingrid Melyna Dantas da Silva, onde tinham como objetivo principal discutir o aumento das remoções e a especulação imobiliária, decorrentes dos megaeventos que o Brasil tem sediado nesses anos, onde grandes mudanças na formação do espaço urbano acabam causando uma maior segregação socioespacial.

Os artigos apresentaram profundas críticas, onde mostraram alguns legados negativos em decorrência dos megaeventos, como o crescimento desenfreado da especulação imobiliária, a remoção de comunidades e o aumento do déficit de habitação, pois muitas pessoas são remanejadas sem nenhuma perspectiva futura.

Com a escolha do Brasil como país sede da Copa do Mundo de 2014, algumas cidades foram escolhidas para sediarem os jogos, nos artigos analisados, percebem-se as mudanças ocorridas na cidade de Fortaleza/CE e na cidade de São Paulo/SP, onde as duas foram unânimes em expor que o Estado iniciou um maciço processo de urbanização nas cidades, com o intuito de beneficiar o setor privado.

Houve cerca de seis artigos que focaram os temas “*Favelas e Segregação Social*” elaborados pelos pesquisadores Eblin Joseph Farage; Ladyane Gago Ribeiro; Maria Elvira Rocha de Sá e Sandra Helena Ribeiro Cruz; Joana Valente Santana, Ana Klaudia de Almeida Viana Perdigão, Danielli de Araújo Felisbino, Giselle Viegas Dantas Rodrigues, Najara Mayla do Socorro Veiga Costa; Eblin Farage; Graciane Pereira Santos. onde os mesmos demonstram que as favelas estão intrinsecamente ligadas ao desenvolvimento industrial e capitalista, e que gera segregação socioespacial, no entanto, não se trata de ser uma contradição desse sistema, mas sim, uma parte importante e necessária para a manutenção do mesmo.

A desigualdade que o capital impõe está diretamente relacionada a desigualdade dos espaços encontrados nos centros urbanos. Nessa análise a favela é tratada como espaço constitutivo do desenvolvimento capitalista cumprindo função no seu desenvolvimento, em especial como espaço de moradia de um segmento da classe trabalhadora evidenciando o duplo papel do Estado no trato das expressões da questão social, através da criação de consensos e da coerção.

Com o estudo diante do processo de formação do espaço urbano, houve uma apreensão das favelas como resultante de uma metamorfose que representa socialmente um espaço de exclusão, delimitado geograficamente, para exemplificar a tênue fronteira que separa a cidade reconhecida socialmente da cidade às avessas.

Uma das características que marcam a cidade capitalista urbanizada é a segregação social materializada por diferenciações econômicas, políticas e socioculturais que de forma “velada” expõem a cidade dividida em classes. Com o grande desenvolvimento capitalista, a cidade tem aumentado a dinâmica da segregação residencial, pois os preços imobiliários tornaram-se o mecanismo central de distribuição da população.

Assim, os três artigos apesar de serem relativos a cidades distintas, possuem características centrais bem parecidas entre si, onde as favelas são resultado dessa segregação socioespacial que vem se complexificando e aumentando.

Nos temas “*espaço urbano e a questão habitacional*” foram escolhidos oito artigos. “Espaço urbano e a questão habitacional” logicamente são temas que aparecem em qualquer artigo que discute as questões urbanas, porém achou-se

melhor encaixar nesses pontos, os artigos que analisaram de uma forma geral o espaço e a habitação urbana, além que um estar diretamente ligado ao outro.

O processo de urbanização se torna decisivo e modificador do cenário da cidade. A questão habitacional surge como fenômeno ligado ao processo de urbanização e sendo consequência da forma como se dá a produção e a distribuição da riqueza no modo de produção capitalista.

O espaço urbano e a formação das cidades possuem profundas conexões com a estrutura social de cada determinado local, que se for analisar, pois o mesmo é formado a partir das relações e dos processos sociais determinantes na sua organização social. Os grandes conglomerados urbanos entendem-se como resultado do modo de produção capitalista, e um local de lutas entre a classe trabalhadora e a classe detentora dos meios de produção, ou seja, a cidade é um local da expressão da luta de classes.

Evidenciou-se segundo os autores dos artigos científicos selecionados e analisados neste artigo, que esse processo de adensamento da urbanização foi obtido a partir do amadurecimento do capitalismo; a cidade torna-se um espaço necessário para a reprodução das relações sociais capitalistas, e que as políticas públicas para habitação e moradia digna são demandas colocadas pelo crescimento não planejado das cidades, a partir de pressões da classe trabalhadora, de organismos internacionais e do próprio mercado imobiliário.

O Brasil sofre um processo de capitalismo tardio e a urbanização de suas cidades se desenvolveu sob uma lógica de mercado especulativo e imobiliário. O processo de urbanização em larga escala só se dá a partir da segunda metade do século XX, com as décadas de 70, 80 e 90 tendo um forte aparato dos movimentos sociais reivindicando o direito à moradia digna.

A cidade e o urbano não podem ser compreendidos sem antes atentar para as instituições oriundas das relações de classes e de propriedade (LEFEBVRE, 2001). A produção espacial expressa as contradições da sociedade, onde há a distinção entre as classes por conta do número de posses e de bens, pelo ter.

A cidade é transformada em uma mercadoria, e cada vez mais valorizada, tendo o Estado o papel de fornecer as condições necessárias para a reprodução das relações de produção capitalista do espaço, aprofundando assim a mercantilização do solo e aprofundando a desigual distribuição de serviços.

Entretanto, falar em reprodução das relações de produção implica considerar a atuação do Estado nas sociedades capitalistas em sua dupla determinação: tanto a intervenção econômica do poder estatal é uma necessidade constante e crescente da reprodução capitalista, de modo particular no quadro da experiência brasileira, como

essa intervenção tem de se dar em todos os níveis que implicam a manutenção do capitalismo, como é caso das condições urbanas de vida. “O Estado capitalista não pode ser outra coisa que instrumento de dominação de classe, pois se organiza para sustentar a relação básica entre capital e trabalho” (HARVEY, 2006, p.84).

Dessa forma o Estado se vale de campanhas e propagandas onde tenta convencer a população que as obras dos projetos urbanísticos nas cidades, irão beneficiar a sociedade como um todo. Porém nesses projetos urbanísticos e nessas melhorias estruturais feitas nas cidades por parte do Estado quase nunca se leva em conta a questão da participação social, a população não consegue ter voz e questionar os rumos que muitas obras são feitas nesses centros urbanos, não há de fato um diálogo sério entre o Estado e a sociedade como um todo.

Em relação às políticas públicas para a habitação e moradia digna fica nítido que os mecanismos criados pelo Estado possuem muitas brechas que favorecem a relação de interesses do capital imobiliário e especulativo, favorecendo minimamente a luta de movimentos sociais por moradia de qualidade.

As políticas urbanas para o planejamento urbano e para habitação são ferramentas necessárias, mas que possuem pouco alcance populacional, constatando-se devido: ao próprio caráter histórico de formação das cidades brasileiras ao pouco interesse demonstrado em se atenuar a carência de recursos às demandas municipais.

Nota-se também um constante diálogo entre a cidade e o campo, o rural e o urbano. Segundo Lefebvre (2015, p. 74):

Atualmente, a relação cidade-campo se transforma, aspecto importante de uma mutação geral. Nos países industriais, a velha exploração do campo circundante pela cidade, centro de acumulação do capital, cede lugar a formas mais sutis de dominação e de exploração, tornando-se a cidade um centro de decisão e aparentemente de associação. Seja o que for, a cidade em expansão ataca o campo, corrói-o, dissolve-o. Não sem os efeitos paradoxais anteriormente observados. A vida urbana penetra na vida camponesa despojando-a de elementos tradicionais: artesanato, pequenos centros que definham em proveito dos centros urbanos (comerciais e industriais, redes de distribuição, centros de decisão, etc.). As aldeias se ruralizam perdendo a especificidade camponesa. Alinham-se com a cidade, porém resistindo-a às vezes, dobrando-se ferozmente sobre si mesmos.

As cidades em competição buscam por todos os meios aumentar seu poder de atração para manter ou desenvolver sua capacidade de invocação e difusão (VAINER, 1995). Isso explica a lógica das ações do Estado que pode ser compreendida, a partir das obras de reestruturação urbana como uma forma de tornar as cidades mais eficientes e atrativas, para que possa haver uma atração e movimentação de negócios e investimentos sobre, principalmente, o capital imobiliário.

Além de claro, estar enraizado em qualquer discussão de espaço territorial cidadão, a “segregação sócia espacial” apresentada nos meios urbanos, em especial nos aglomerados urbanos brasileiros, onde se percebe um agravamento dessa desigualdade se comparado a alguns países ditos “desenvolvidos”. O Brasil mostra um imenso abismo entre as classes e o poder de compra urbana, onde a classe pobre, a classe trabalhadora é cada vez mais expurgada para áreas cada vez longes, e distantes dos centros das cidades, por conta de projetos urbanísticos e a valorização do capital imobiliário vem se tornando mais forte.

Desse modo, os artigos ao analisarem a questão urbana, demonstram que o direito a uma moradia digna, não é considerado um direito do cidadão. Ou seja, a moradia foi tornada mercadoria, de alto valor no mercado, sendo vendida apenas para quem dispõe do capital necessário para apropriá-la nos melhores lugares de cada conglomerado urbano, enquanto as classes trabalhadoras alojam-se em locais com pouca ou desprovidos de infraestrutura agravando suas condições possíveis de sobrevivência.

CONCLUSÃO

A partir dos estudos feitos sobre a questão urbana, socioespacial e habitacional percebem-se que as mudanças na forma de ocupação do espaço principalmente nos grandes centros urbanos, caminham junto às mudanças constantes da organização do modo de produção capitalista. Contudo, o Estado se configura em um dos mais importantes agentes sociais e é um dos agentes de regulação do solo, interferindo diretamente em terras públicas. Partindo desse pensamento, verifica-se uma tendência nas grandes cidades do mundo e do Brasil, em que o agente público dota de infraestrutura necessária à instalação do capital imobiliário em áreas até então desvalorizadas.

Os artigos acadêmicos encontrados nos eventos acadêmicos (CBAS, JOINPP, ENPESS), serviram de base para o aprofundamento da questão urbana, por meio da exposição sucinta da tese central dos autores além da análise dos temas centrais de cada trabalho.

Pode-se concluir então que os temas escolhidos apontam uma iminente e crescente desigualdade sócio-espacial, construída no decorrer do tempo a partir do surgimento do modo de produção capitalista. Fica evidente que a cidade passa a ser o palco principal de todas as relações sociais, políticas, econômicas, culturais e espaciais, desse modo de produção vigente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABELÉM, Auriléa Gomes. **Urbanização e remoção: por que e para quem?** Belém: Centro de Filosofia e Ciências Humanas/NAEA/UFPA, 1988.

ENGELS, Friedrich. **A questão da habitação**. São Paulo: Vozes, 1988.

_____. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Porto: Afrontamento, 1997(p.135-177).

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. (cap. 05, p. 129-162).

_____. **A Geopolítica do Capitalismo. A Produção Capitalista do Espaço** Ed. AnnaBlume, 2001 (p. 127, 162).

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LOKJINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997. Ver: Capítulo II – Da política estatal à política urbana – O papel do Estado na urbanização capitalista (Ver: pp. 143-196).

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. (cap. 1 p. 15-46).

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2007.

RODRIGUES, Edmilson Brito. **Aventura urbana: urbanização, trabalho e meio-ambiente em Belém**. Belém: NAEA-UFPA/FCAP, 1996. (p. 21 – 52).

SÁNCHEZ, Fernanda. A (in)sustentabilidade das cidades-vitrine. In: ACSELRAD, Henri (org.). **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, pp. 161-192.

SANTANA, Joana Valente. Pequenas cidades na Amazônia: desigualdade e seletividade no investimento da infraestrutura habitacional. In: SANTANA; HOLANDA; MOURA (Orgs.). **A questão da habitação em municípios periurbanos na Amazônia**. Belém: Ed. UFPA, 2012, pp. 77-96.

_____. **Gestão de Cidades no Brasil – Estratégias e Orientações do Banco Interamericano de Desenvolvimento**. Campinas, SP: Ed. Papel Social, 2013

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 10. ed., Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. (Parte I cap. 01 e 02, p. 19 -53; cap. 5, p. 105-141).

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993. (9-51).

TRINDADE JR. Saint. Clair. **Produção do espaço e uso do solo urbano em Belém.** Belém: UFPA/NAEA/PLADES, 1997.

VAINER, B. Carlos. **Pátria, empresa e mercadoria.** In: ARANTES; VAINER; MARICATO. A cidade do pensamento único. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, pp. 75-103.